

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2014.

Edição nº 1362

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....	2
Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de contratos.....	3
Aviso de licitações.....	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
Súmulas de convênios.....	15



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 0047/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar fatos contidos no expediente, **SPI 2842-0900/13-6**.

2. Designar os servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, como Sindicante, **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, ID 3432157, Assessor Especial I, como Secretários.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 04 de fevereiro de 2014.

Registre-se e publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 0051/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

Determinar, com fulcro no artigo 198, inciso I do artigo 200 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.00740.00095/2013-6**, em tese, infringência aos deveres previstos nos incisos I e V (este c/c Provimento N.19/2007 que alterou o Provimento 29/2000) do artigo 177, ficando sujeito às penas do artigo 187, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94.

2. Designar os servidores **Alex Fabiani Martins de Souza**, ID 3432416, Assessor Bacharel em Administração, como Sindicante, **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, ID 3432157, Assessor Especial I, como Secretários.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 04 de fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 0233/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.00958.05017/2013-2**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **05 de fevereiro de 2014**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 04 de fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral, em exercício.

PORTARIA N.º 0234/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.00589.00355/2013-8**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **06 de fevereiro de 2014**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 04 de fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral, em exercício.

BOLETIM N.º 039/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- CARLOS EDUARDO DE SOUZA ROSTIROLLA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0220/2014).

- MARIA CRISTINA DE SOUZA COELHO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0227/2014).

- FILIPE DE SOUZA ANTUNES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0236/2014).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 03/02/2014, no cargo em comissão de Assessor Superior, CC-10, JOSIE KAISER DE SOUZA, tendo entrado em exercício em 04/02/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Subdiretor-Geral.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1362

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE O-
BRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 2029-09.00/13-6
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/13**

CONTRATADA: IZYDROS ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo e supressão ao objeto do ajuste de materiais e serviços, resultando no acréscimo, ao preço total do ajuste, da quantia de R\$ 1.753,10; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 01 (um) mês, a contar de 02 de fevereiro de 2014; prorrogação do prazo da vigência contratual, por 01 (um) mês, a contar de 21 de agosto de 2014; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inc. I, a e b, e §1º, e 57, §1º, incisos I e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de janeiro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em exercício.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 4090-09.00/13-9**

CONTRATADA: GOLF SERRALHERIA LTDA.; **OBJETO:** contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 61,30m² de gradil de ferro sobre muros existentes no prédio das Promotorias de Justiça de Encruzilhada do Sul/RS, situado na Avenida Rodolfo Taborda, n.º 77, Centro; **VALOR TOTAL:** R\$ 11.934,00; **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3032; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inciso VII, Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2014.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em exercício.

**PROCESSO N.º 14336-09.00/07-0
TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2007**

A Procuradoria-Geral de Justiça resolve **NOTIFICAR** a empresa **RETOKESUL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.** para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente ato, adimplir a quantia de R\$ 1.503,49 (mil quinhentos e três reais e quarenta e nove centavos), referente aos vícios construtivos verificados na obra de construção da sede do Ministério Público em Jaguarí/RS, consoante decisão exarada no âmbito do Processo n.º 14336-09.00/07-0, sob pena de o caso ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado para cobrança judicial, bem como ser realizada a inscrição da empresa no CADIN (Cadastro Informativo das Pendências perante Órgãos e Entidades da Administração Esta-

dual), com fulcro na Lei Estadual 10.697/96.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2013.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em exercício.

**EDITAL N.º 036/2014
REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS.**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletim N.º 01/2014 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) Inquérito Civil N.º 00710.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Agudo, pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente no impedimento da regeneração de floresta e demais formas de vegetação, na Localidade de Porto Agudo, interior de Agudo/RS. Investigado: José Rogério Doeber da Silva e Município de Agudo.

ARROIO DO TIGRE

1) Inquérito Civil N.º 00936.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, com a finalidade averiguar a ocorrência de dano ambiental, consistente no corte de mata nativa e uso de fogo, em área de preservação permanente, sem prévia autorização do órgão competente. Investigado: Ivo Alt.

BAGÉ



1) Inquérito Civil N.º 00718.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar poluição sonora no entorno da URCAMP. Investigado: Fruteira Lili e Sérgio Gonçalves de Oliveira.

BARRA DO RIBEIRO

1) Inquérito Civil N.º 00721.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de averiguar possível crime ambiental consistente em supressão de vegetação e uso do fogo, sem as devidas licenças ambientais. Investigado: Luiz Carlos de Deus Vasques.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil N.º 00722.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar delito ambiental pelo empreendimento Auto Lavagem Salin Ltda., por exercer atividade de lavagem automotiva, sem Licença do Órgão Ambiental Competente. Investigado: Auto Lavagem Salin Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00722.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de delito ambiental decorrente do corte seletivo de vegetação nativa sem o devido alvará de serviços florestais expedido pelo órgão competente. Investigado: Roni Cesar Claus Vieira.

3) Inquérito Civil N.º 00722.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental decorrente do corte seletivo do lançamento de efluentes diretamente em curso d'água. Investigado: Elmar Busetti.

4) Inquérito Civil N.º 00722.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental face a inexistência de alvará de serviços florestais para atividade de corte de vegetação nativa. Investigado: Elton Gallon.

5) Inquérito Civil N.º 00722.00096/2013, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual delito ambiental face atividade de fundição de ferro e aço desenvolvida sem licença expedida pelo órgão ambiental competente. Investigado: Forcast Metalúrgica Ltda.

6) Inquérito Civil N.º 00722.00097/2013, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual delito ambiental face atividade de metalúrgica desenvolvida sem licença expedida pelo órgão ambiental competente. Investigado: Metalúrgica Marques.

7) Inquérito Civil N.º 00722.00098/2013, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual delito ambiental face atividade de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, sem licença expedida pelo órgão ambiental competente. Investigado: Associação Recicladora Bento.

8) Inquérito Civil N.º 00722.00099/2013, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar eventual

delito ambiental por soterramento de vegetação nativa, sem licença ambiental, na Linha Pedro Salgado, Bento Gonçalves/RS. Investigado: Concesul Britagem Ltda.

ÇAÇAPAVA DO SUL

1) Inquérito Civil N.º 00726.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, pelo Promotor de Justiça Cíntia Foster de Almeida, com a finalidade de investigar suposta irregularidade na rede de esgoto localizada na rua Valdomiro Trindade de Lima. Investigado: Município de Caçapava do Sul.

CACHOEIRINHA

1) Inquérito Civil N.º 01127.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, pelo Promotor de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de Investigar a prática de danos ao meio ambiente. Investigado: Transportes JC Lopes Eireli Ltda.

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil N.º 00732.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar danos ambientais em razão da ocorrência de funcionamento irregular de empreendimento potencialmente poluidor (usina de reciclagem de resíduos sólidos urbanos) e deposição de resíduos sólidos urbanos fora de padrões técnicos exigíveis. Investigado: Município de Cristal e Cooperativa de Resíduos Urbanos Cooper Cristal.

2) Inquérito Civil N.º 00732.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar danos ambientais e eventuais riscos decorrentes da ausência de observância de condições e restrições, em razão da instalação da bomba de combustível sem a devida licença ambiental. Investigado: Empresa de Ônibus Puchalski Ltda.

CAMPO BOM

1) Inquérito Civil N.º 00734.00037/2013, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, pelo Promotor de Justiça Letícia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de averiguar as estruturas municipais de fiscalização e tutela do meio ambiente da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. Investigado: Município de Campo Bom.

2) Inquérito Civil N.º 00734.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, pelo Promotor de Justiça Ivanda Grapiglia Valiati, com a finalidade de apurar dano ambiental (poluição sonora e ambiental). Investigado: KDB Mármores e Granitos Ltda ME.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil N.º 00949.00224/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar a prática de maus tratos a animal doméstico. Investigado: Ângelo Cardoso Pinto.

2) Inquérito Civil N.º 00949.00228/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar construção em área de dunas de preservação ambiental no Balneário Curumim. Investigado: Prefeitura Municipal de Capão da Canoa.

3) Inquérito Civil N.º 00949.00232/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar existên-



cia de um programa municipal de esterilização (castração) de cães e gatos no Município de Capão da Canoa, bem como o local reservado para essa e outras atividades. Investigado: Prefeitura Municipal de Capão da Canoa.

4) Inquérito Civil N.º 00949.00233/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar irregularidades no Camping Clube do Brasil. Investigado: Camping Clube do Brasil.

5) Inquérito Civil N.º 00949.00234/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade irregularidades na Fábrica de Móveis e Esquadrias denominada J Machado Marcenaria. Investigado: J Machado Marcenaria.

6) Inquérito Civil N.º 00949.00235/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar irregularidades na Fábrica de Móveis e Esquadrias denominada Tizon Móveis. Investigado: Tizon Móveis.

7) Inquérito Civil N.º 00949.00236/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar eventual poluição sonora causada pelo salão de festas da Igreja São Pedro. Investigado: Igreja São Pedro.

08) Inquérito Civil N.º 00949.00237/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar a regularidade do prédio. Investigado: Joaquim Tibério Peroni.

09) Inquérito Civil N.º 00949.00238/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar funcionamento de fábrica de móveis e esquadrias sem autorização de Órgão Ambiental competente. Investigado: José Luiz Fraga Soares.

10) Inquérito Civil N.º 00949.00240/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar eventuais problemas na rede pública de esgoto da Rua Orestes Clemente Serra. Investigado: Município de Capão da Canoa.

11) Inquérito Civil N.º 00949.00241/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar eventual poluição sonora e perturbação ao sossego público decorrente das atividades realizadas na Igreja "TRIGO". Investigado: Igreja Trigo em Células.

12) Inquérito Civil N.º 00949.00242/2013, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar eventual descarte de resíduos sólidos da construção civil na via pública. Investigado: Robson Mato de Souza.

13) Inquérito Civil N.º 00949.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental. Investigado: Helena Beatriz dos Santos Antunes.

14) Inquérito Civil N.º 00949.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João

Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar criação de pássaros silvestres em cativeiro, em desacordo com a licença ambiental expedida pelo IBAMA. Investigado: Valdir Pedro Bolz.

15) Inquérito Civil N.º 00949.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental. Investigado: Santa Eunice da Silva Elbio.

16) Inquérito Civil N.º 00949.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental. Investigado: Mario Colombo Dumer.

17) Inquérito Civil N.º 00949.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental expedida pelo IBAMA. Investigado: Rogério dos Santos Maciel.

18) Inquérito Civil N.º 00949.00008/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental expedida pelo IBAMA. Investigado: Michel de Souza Campos.

19) Inquérito Civil N.º 00949.00009/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar funcionamento do Parque de Lazer Reserva da Laguna, sem Licença de Operação. Investigado: Murliki Empreendimentos Comerciais Ltda - EPP.

20) Inquérito Civil N.º 00949.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar terraplanagem irregular em área de dunas primárias, localizada entre as guaritas 77 e 78, realizada por retro escavadeira de propriedade da Prefeitura Municipal de Capão da Canoa. Investigado: Prefeitura Municipal de Capão da Canoa.

21) Inquérito Civil N.º 00949.00011/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar descarte irregular de resíduos sólidos a céu aberto, em área localizada nas proximidades da Rodovia Estadual ERS 389, Km 33, Bairro Morada do Sol, em Capão da Canoa. Investigado: Josiel dos Santos Esparrenberger.

22) Inquérito Civil N.º 00949.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar descarte irregular de resíduos sólidos da construção civil, em terreno localizado na Rodovia ERS 389, Km 31, Bairro São Manoel, em Capão da Canoa. Investigado: Genoir Goulart.

23) Inquérito Civil N.º 00949.00013/2014, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade averiguar funcionamento irregular de uma marmoraria. Investigado: Jessel Chaves Lopes.

CAXIAS DO SUL



1) Inquérito Civil N.º 00748.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de investigar crime contra o meio ambiente – supressão de vegetação sem licença ambiental. Investigado: Heraclides Maciel de Vargas.

2) Inquérito Civil N.º 00748.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Investigado: Luciana Cardoso do Canto - Chapeação e Pintura.

3) Inquérito Civil N.º 00748.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade sem licença de operação. Investigado: JG Implementos Rodoviários Ltda.

4) Inquérito Civil N.º 00748.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Investigado: Marmoraria Porto das Pedras e Alexandre André Knopp.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil N.º 00761.00046/2013, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em poluição sonora e depósito irregular por empresas de fabricação de sorvetes e massas alimentícias. Investigado: Ponto Bom Indústria de Produtos Alimentícios Ltda e Indústria de Alimentos Lorenzi Ltda.

ENCRUZILHADA DO SUL

1) Inquérito Civil N.º 00761.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, pelo Promotor de Justiça Rui Prediger, com a finalidade de apurar desmatamento por incêndio. Investigado: Madeireira Internacional Ltda.

ERECHIM

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil N.º 00762.00204/2013, da Promotoria de Justiça de Erechim, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com o objetivo de incluir como investigada a empresa MAC 6 Negócios e Empreendimentos Imobiliários Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00762.00207/2013, da Promotoria de Justiça de Erechim, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de apurar a tubulação de uma nascente de água, para utilização na lavoura para consumo em pocilgas, fato constatado no dia 06 de setembro de 2013, na Sede Dourado, em Aratiba (RS). Investigado: Viterio Schuck.

3) Inquérito Civil N.º 00762.00208/2013, da Promotoria de Justiça de Erechim, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de apurar supressão de árvores nativas, mediante corte seletivo, em estágio inicial e médio de regeneração, em uma área de 0,62 hectare, parte em área de preservação permanente (APP), pois próximo a um córrego de água, atingindo as espécies de Açoita-Cavalo, Canela, Timbó, entre outras, fato constatado no dia 26 de agosto de 2013, na Linha Três Barras, em Aratiba (RS). Investigado: José Antonio Nunes.

4) Inquérito Civil N.º 00762.00209/2013, da Promotoria de

Justiça de Erechim, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de apurar o depósito de couro animal, sendo os dejetos da cortiça escoando diretamente no chão, sem licença ambiental de operação, em área de preservação permanente, fato constatado no dia 18 de novembro de 2013, na Rua Vergílio Biolo, n.º 26, Rio Tigre, em Erechim (RS). Investigado: Vanderlei Domingos Ribeiro.

5) Inquérito Civil N.º 00762.00210/2013, da Promotoria de Justiça de Erechim, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de apurar o dano ambiental decorrente da emissão de densa fumaça e fuligem diretamente na atmosfera, causada pela queima de pneus ocorrida no local, fato constatado no dia 17 de agosto de 2013, na Rua Dr. João Caruso, n.º 426, em Erechim (RS). Investigado: Vachileski Pneus.

ESPUMOSO

1) Inquérito Civil N.º 00765.00025/2013, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental consistente na destruição e danificação de vegetação nativa, em área de preservação permanente, impedindo ou dificultando a regeneração natural, mediante o uso de trator esteira, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente. Investigado: Manoel Pereira de Moraes.

2) Inquérito Civil N.º 00765.00027/2013, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental consistente na destruição e danificação de vegetação nativa, em área de preservação permanente, impedindo ou dificultando a regeneração natural, mediante o uso de trator esteira, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente. Investigados: Empresa Luis Carlos Pretto – ME (Terraplanagem Pretto) e Luis Carlos Pretto.

3) Inquérito Civil N.º 00765.00028/2013, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar danos ambientais contra a flora por destruição de árvores nativas, dentro e fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente. Investigado: Ari José Pierezan.

4) Inquérito Civil N.º 00765.00029/2013, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar danos ambientais contra a flora por destruição de árvores nativas e exóticas, dentro e fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Elmar Endres.

5) Inquérito Civil N.º 00765.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no Balneário do Passo da Laje, situado na Localidade de Passo da Laje, em Soledade, RS, consistente em fazer funcionar atividade potencialmente poluidora - Camping - Área de Lazer, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Ronei Borges dos Santos.

6) Inquérito Civil N.º 00765.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de investigar danos ambientais consistentes no corte de árvores nativas, dentro e fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: João Salvio Soares da Silva.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1362

7) Inquérito Civil N.º 00765.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar possível crime ambiental, consistente em mineração, corte e destruição de árvores nativas, fora de área de preservação permanente. Investigado: Sandra Regina Soares.

8) Inquérito Civil N.º 00765.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de investigar danos ambientais contra a flora, consistente na destruição de árvores nativas, dentro e fora de área de preservação permanente. Investigado: João Pedro Antunes de Oliveira.

9) Inquérito Civil N.º 00765.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente em fazer funcionar empreendimento potencialmente poluidor - depósito de agrotóxicos, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. Investigado Ana Rúbria Ceolin de Bortoli.

ESTRELA

1) Inquérito Civil N.º 00770.00040/2013, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar poluição sonora gerada pelas Empresas Roodos e Compasul. Investigado: Roodos e Compasul Construção e Serviços Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00770.00041/2013, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar poluição sonora gerada pela Boate A Casa na zona urbana de Bom Retiro do Sul. Investigado: Cristiano Oliveira Farias e Boate A Casa.

FAXINAL DO SOTURNO

1) Inquérito Civil N.º 00772.00028/2013, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar possível dano ambiental constante em corte e destruição de vegetação nativa fora de área de preservação permanente sem a devida licença do órgão ambiental competente. Investigado: Luiz Ferigolo.

2) Inquérito Civil N.º 00772.00029/2013, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar possível dano ambiental tendo em vista aplicação de agrotóxico para lavoura de fumo a menos de 10 metros de residência, bem como em Área de Preservação Permanente. Investigado: Daniel de David.

3) Inquérito Civil N.º 00772.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar possível dano ambiental por realizar desvio de curso d'água e aterro de banhado com destruição de vegetação nativa em área considerada de preservação permanente contrariando as licenças ambientais obtidas junto ao órgão competente. Investigado: Fabiano Zarantonello.

GENERAL CÂMARA

1) Inquérito Civil N.º 00778.00003/2014, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Léo

Mário Heidrich Leal, com a finalidade de apurar a ocorrência de crime contra a fauna, por manter em cativeiro pássaros silvestres sem a devida autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Antonio Tome Alves Andrade.

2) Inquérito Civil N.º 00778.00004/2014, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, com a finalidade de averiguar ocorrência de crime contra a fauna, por caçar e manter em cativeiro pássaros silvestres sem a devida autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Acelio Natalio dos Santos Reis.

3) Inquérito Civil N.º 00778.00005/2013, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, com a finalidade de averiguar as condições de animais de rua abrigados pela associação camarense de proteção aos animais. Investigado: Município de General Câmara e Associação Camarense de Proteção aos Animais.

4) Inquérito Civil N.º 00778.00005/2014, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, com a finalidade de averiguar a ocorrência de corte e destruição de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: José Elemar Thisen.

5) Inquérito Civil N.º 00778.00006/2014, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, com a finalidade de averiguar as ocorrências de extração irregular de recursos minerais em face de Cleber de Oliveira Vaz. Investigado: Cleber de Oliveira Vaz.

6) Inquérito Civil N.º 00789.00067/2013, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, com a finalidade de apurar a ocorrência de corte e destruição de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Colberto Neuwald Celeste.

GRAMADO

1) Inquérito Civil N.º 00782.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de apurar poluição sonora e ausência de licença ambiental. Investigado: Ademir Wolff ME.

HERVAL

1) Inquérito Civil N.º 00790.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar poluição sonora e falta de Alvarás de funcionamento. Investigado: Igreja Deus é Vida.

2) Inquérito Civil N.º 00790.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar poluição sonora e falta dos necessários Alvarás de funcionamento. Investigado: Igreja Cristã da Santa Missão.

IBIRUBÁ

1) Inquérito Civil N.º 00792.00010/2013, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de apurar eventual envaletamento de banhado com a abertura de canal de dreno em área de preservação permanente, parcialmente descaracterizada pelo cultivo agrícola, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Valmir Tirloni.

2) Inquérito Civil N.º 00792.00011/2013, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês



Raber Fior, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental referente possível destruição de árvores nativas em área de preservação permanente e em local considerado como sendo fora de área de preservação permanente, em desacordo com a licença obtida no órgão ambiental competente. Investigado: Osmar Paulo Kuntzer.

3) Inquérito Civil N.º 00792.00017/2013, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental decorrente da poluição produzida pela emissão de partículas sólidas no ambiente em desacordo com a Licença Operacional. Investigado: Vilmar Martins Brizola – ME e Vilmar Martins Brizola.

4) Inquérito Civil N.º 00792.00018/2013, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental decorrente da destruição de vegetação nativa – de porte arbustivo-arbóreo, sendo parte de APP e parte fora de APP, em desacordo com a licença ambiental. Investigado: Adenilson Luís Tatsch Filimberti.

5) Inquérito Civil N.º 00792.00019/2013, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental por fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem autorização expedida pelo órgão ambiental competente. Investigado: Milton da Silva Usinagem – ME.

6) Inquérito Civil N.º 00792.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de averiguar a situação de poços artesianos na área rural do Município de Ibirubá para abastecimento de água potável à população, apurando-se se os mesmos possuem a outorga para uso deferida pelo DRH/SEMA. Investigado: Município de Ibirubá.

7) Inquérito Civil N.º 00792.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de averiguar a situação de poços artesianos na área rural do Município de Quinze de Novembro para abastecimento de água potável à população, apurando-se se os mesmos possuem outorga para uso deferida pelo DRH/SEMA. Investigado: Município de Quinze de Novembro.

IJUÍ

1) Inquérito Civil N.º 00794.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de reparar de dano ambiental decorrente do depósito de produtos de origem vegetal (madeira/lenha) e uso de fogo em vegetação fora de Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Volmir de Lima.

2) Inquérito Civil N.º 00794.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de reparar de dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas fora de Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, na Localidade de Linha Saltinho, Bozano (RS). Investigado: Romeu Angelo de Jesus.

3) Inquérito Civil N.º 00794.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Han-

nusch, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de drenagem (valetas) em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Adão Casagrande.

4) Inquérito Civil N.º 00794.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do funcionamento de estabelecimento - "Alambique" - sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Rudi Ochs.

5) Inquérito Civil N.º 00794.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de reparação de dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas fora de Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Milton Paulo Guse.

6) Inquérito Civil N.º 00794.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de reparação recuperação ambiental decorrente de dano provocado pela destruição de vegetação arbórea em área de preservação permanente e fora dele. Investigado: Gilberto Antônio Brum.

7) Inquérito Civil N.º 00794.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, com a finalidade de constatar e reparação de dano ambiental decorrente da prática de obras de aterro em desconformidade com as determinações impostas pelo órgão ambiental competente. Investigado: Loide Hildebrandt Gasparry.

IRAÍ

1) Inquérito Civil N.º 00796.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, com a finalidade de investigar a prática de maus tratos a animais domésticos- rinha de galos. Investigado: Gelson Moisés da Silva Oliveira.

IVOTI

1) Inquérito Civil N.º 00796.00016/2013, da Promotoria de Justiça de Ivoti, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de investigar dano ambiental em razão de queimada de mata virgem para produção ilegal de carvão e retirada irregular de saibro. Investigado: Adelino Fuhr.

LAGOA VERMELHA

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil N.º 00801.00045/2012, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luziharina Carolina Tramontina, com o fim de acrescentar como investigado do referido inquérito, para fins de fazer constar como Investigado: Gabriel Lottici.

2) Inquérito Civil N.º 00801.00106/2013, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, com a finalidade de apurar o corte de 49 árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Pedemar Cirino Rodrigues.

3) Inquérito Civil N.º 00801.00107/2013, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, com a finalidade de apurar corte de pinheiros



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1362

brasileiro, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Douglas Cadore.

4) Inquérito Civil N.º 00801.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar poluição de arroio próximo à empresa Nutriz e mau cheiro oriundo dos tanques de decantação. Investigado: Nutriz Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

5) Inquérito Civil N.º 00801.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar depósito irregular de agrotóxicos e a destinação inadequada das embalagens vazias. Investigado: Valmir Paulo Minotto.

6) Inquérito Civil N.º 00801.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar intervenção em Área de Preservação Permanente através da abertura e reabertura de valos, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Márcia Pedrosa Tonietto.

7) Inquérito Civil N.º 00801.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar o corte de 18 árvores folhosas nativas e 42 pinheiros brasileiros, sem autorização do órgão competente. Investigado: Delazir Mendes Zappelo.

8) Inquérito Civil N.º 00801.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar depósito irregular de agrotóxicos e a destinação inadequada das embalagens vazias. Investigado: Zigomar Testa.

9) Inquérito Civil N.º 00801.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar depósito irregular de agrotóxicos e a destinação inadequada das embalagens vazias. Investigado: Gilmar Scariot.

10) Inquérito Civil N.º 00801.00008/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar destruição de floresta nativa localizada em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Zaire Menin.

11) Inquérito Civil N.º 00801.00009/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar corte de 359 árvores nativas, sendo que destas 41 estavam em APP. Investigado: Ezequiel Bernardi.

12) Inquérito Civil N.º 00801.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar depósito irregular de agrotóxicos e a destinação inadequada das embalagens vazias. Investigado: Nedio Crestani.

13) Inquérito Civil N.º 00801.00011/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Luzihrin Carolina Tramontina, com a finalidade de apurar funcionamento irregular de aterro sanitário. Investigado: Município de Lagoa Vermelha.

LAJEADO

1) Inquérito Civil N.º 00802.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, com a finalidade de apurar indícios de poluição no Arroio Saraquá. Investigado: Companhia Minuano de Alimentos.

MARCELINO RAMOS

1) Inquérito Civil N.º 00807.00030/2013, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, com a finalidade de apurar pesca ilegal em local proibido (Hidrelétrica da Barragem de Machadinho), no Município de Maximiliano de Almeida/RS, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Rudinei Cardoso.

NONOAI

1) Inquérito Civil N.º 00811.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Nonoai, pela Promotora de Justiça Claudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa em desacordo às normas ambientais vigentes. Investigado: Gersi Luiz Martins Alves, Narciso Fiorentin e Flávia Marta Tretto.

2) Inquérito Civil N.º 00811.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Nonoai, pela Promotora de Justiça Claudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora, em desacordo às normas ambientais vigentes. Investigado: Metalúrgica Vassoler Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 00811.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Nonoai, pela Promotora de Justiça Claudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Eny Wansing.

OSÓRIO

1) Inquérito Civil N.º 01212.00084/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, com a finalidade de apurar construção e corte de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem licença de órgão competente. Investigado: Getulio de Oliveira Nunes.

2) Inquérito Civil N.º 01212.00002/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, com a finalidade de investigar construção em área de preservação permanente sem licença de órgão ambiental competente. Investigado: Derli Paulo da Rosa.

3) Inquérito Civil N.º 01212.00003/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, com a finalidade de apurar a construção irregular em área de preservação permanente situada junto ao Condomínio Entre Lagos. Investigado: Joel Tedesco.

PALMARES DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil N.º 00952.00050/2013, da Promotoria de Justiça de Palmares das Missões, pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari, com a finalidade de aferir dano ambiental causado pela supressão de várias espécies arbóreas nativas com a finalidade de aumentar a área de cultivo agrícola do investigado. Investigado: Teodomiro Corneau Ribeiro.

PORTÃO



1) Inquérito Civil N.º 00943.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Pietro Chidichimo Junior, com a finalidade de averiguar o funcionamento de madeira sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Madeireira Nardi Ltda.

QUARAI

1) Inquérito Civil N.º 00850.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, com a finalidade de investigar possível dano ambiental, consistente na atividade de beneficiamento de pedras semipreciosas sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. Investigado: José Claudir Gonçalves Empresa Gonçalves & Souza - Com. de pedras preciosas Ltda.

REDE AMBIENTAL RIO DOS SINOS

1) Inquérito Civil n.º 01336.00001/2014, da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz e pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de Investigar as compensações ambientais derivadas de obras com significativo impacto no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos nos últimos 5 (cinco) anos e seu destino. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE

1) Inquérito Civil N.º 00852.00145/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar possível regularidade nas condições de funcionamento e possível desatendimento de método na realização de exames, que acarreta possibilidade de que os resultados sejam questionados. Investigados: S. M. Teixeira.

2) Inquérito Civil N.º 00852.00152/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar possível desconformidade dos dados acostados a revelar possível má qualidade do ar em Rio Grande/RS. Investigados: A definir.

SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil N.º 00861.00067/2013, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental decorrente de resíduos sólidos coletados no Município e depositados diretamente no solo a céu aberto. Investigado: Município de Salto do Jacuí.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil N.º 00861.00067/2013, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa em área de preservação permanente, bem como infringência das normas de proteção dispostas no artigo 98 da Lei Federal 9.605/98. Investigado: Junior Pozebom.

2) Inquérito Civil N.º 00861.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente de atividade de lavra de cascalho e saibro – a céu aberto sem beneficiamento, em Santa Cruz do Sul, Bairro Santuário, causando perturbação aos vizinhos em razão da emissão atmosférica de poeira, tanto na lavra, quanto no ato

posterior de transporte. Investigado: Município de Santa Cruz do Sul.

3) Inquérito Civil N.º 00861.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em manter em 2 exemplares de pássaros silvestres, popularmente identificados como Canário-Da-Terra e Sangue-de-Boi, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. Investigado: Jonata Teixeira.

4) Inquérito Civil N.º 00861.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em manter em 14 exemplares de pássaros silvestres, popularmente identificados como Trinca-Ferro, Canário-Da-Terra, Cracina, Coleiro Comum, Azulão-Fêmea, Azulão-Macho, Sabiá-Laranjeira, Cardeal, Bico de Pimenta, Pintassilgo, Tiê, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. Investigado: Eno Meinhardt.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil N.º 00865.00073/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar descarte de resíduos, inclusive tóxicos, em APP. Investigado: Sociedade Recreativa Beneficente Cultural Mocidade Independente das Dores.

2) Inquérito Civil N.º 00865.00080/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de verificação de vazamento de água e de esgoto, que correm a céu aberto. Investigado: Município de Santa Maria.

3) Inquérito Civil N.º 00865.00081/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar o dano ambiental causado pela captura de um animal silvestre, gato-maracajá, que se encontra na lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, e que posteriormente veio a óbito. Investigado: Jose Fernando Canabarro.

4) Inquérito Civil N.º 00865.00082/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar possível dano ambiental em virtude da pesca por quem não é profissional, não tem licença para tal atividade e utilizou-se de materiais proibidos para efetuar a pesca, no Rio Vacacaí Mirim. Investigado: Luis Felipe Vieira Theodoro.

5) Inquérito Civil N.º 00865.00083/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar o dano ambiental causado em virtude do lançamento de resíduos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em lei. Investigado: Joice Pereira Coelho.

6) Inquérito Civil N.º 00865.00084/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de irregularidades na criação de suínos na zona urbana, sem licenciamento. Investigado: Aquiles Martins de Carvalho.

7) Inquérito Civil N.º 00865.00084/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Ro-



sângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar o ilícito ambiental praticado pela empresa Areieira Souza, em virtude de extração de recursos minerais sem licenciamento ambiental. Investigado: Tiago dos Santos Souza e Areieira Souza.

8) Inquérito Civil N.º 00865.00085/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar dano ambiental causado pelo corte de vegetação nativa. Investigado: Jair Rigo e Adelino de Souza.

9) Inquérito Civil N.º 00865.00086/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar o dano ambiental por caçar ou manter em cativeiro pássaros silvestres sem anilhas, e sem autorização da autoridade competente. Investigado: Lucas Rodrigo Gomes da Silva.

10) Inquérito Civil N.º 00865.00087/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar a degradação ambiental causada em virtude da supressão de árvores nativas em Área de Preservação Permanente. Investigado: José Álvaro da Trindade.

11) Inquérito Civil N.º 00865.00088/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar lançamento de esgoto domiciliar em córrego (APP) próximo à RST 287, ao lado da Sul Combustível, nesta Cidade. Investigado: CORSAN e Município de Santa Maria.

12) Inquérito Civil N.º 00865.00089/2013, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de verificação de dano ambiental consubstanciado na perturbação do sossego público, em virtude de estabelecimento que começou a promover festas noturnas com som alto e música ao vivo, sem licença de operação e nem alvará para este tipo de atividade. Investigado: Hype Festas.

13) Inquérito Civil N.º 00865.00001/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar irregularidades em aterro e autorização expedida para aterro e restauração de estrada nas proximidades do rio Vacacaí, na estrada Ângelo Berleze, em Santa Maria - RS. Investigado: Município de Santa Maria.

14) Inquérito Civil N.º 00865.00002/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de verificação dos recursos hídricos e planos de saneamento a serem efetivados até 31/12/2010 (Lei 11.445/2007). Investigado: Município de Silveira Martins.

15) Inquérito Civil N.º 00865.00003/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de verificação dos recursos hídricos e planos de saneamento a serem efetivados até 31/12/2010 (Lei 11.445/2007). Investigado: Município de Itaara.

16) Inquérito Civil N.º 00865.00004/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de verificação dos

recursos hídricos e planos de saneamento a serem efetivados até 31/12/2010 (Lei 11.445/2007). Investigado: Município de São Martinho da Serra.

17) Inquérito Civil N.º 00865.00005/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar e acompanhamento de política pública de fiscalização e implementação de medidas para identificação e solução das ligações clandestinas de esgoto cloacal no esgoto pluvial. Investigado: Município de Santa Maria e CORSAN.

18) Inquérito Civil N.º 00865.00006/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar dano ambiental consubstanciado no funcionamento irregular de oficina mecânica, sem licenciamento, e no lançamento de lixo a céu aberto. Investigado: Antonio Correa da Silva.

SANTA ROSA

1) Aditamento ao Inquérito Civil N.º 00867.00042/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de constar como investigado Via Certa – Empreendimentos Imobiliários Ltda.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil N.º 01234.00022/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar irregularidade na canalização proveniente de via pública, com lançamento de esgotos cloacal e pluvial, que está provocando infiltrações e danos nas residências situadas nas Ruas Fernando Ferrari, 610 e 620, e Rua Manoel Castilhos de Oliveira, 253, Bairro Rincão dos Castilhos, neste Município. Investigado: Município de Santiago.

2) Inquérito Civil N.º 01234.00005/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar possível ocorrência de poluição sonora, bem como eventual risco à segurança pública em razão da aglomeração de pessoas próximas de bombas de combustíveis. Investigado: Comercial de Combustíveis Neri Machado Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 01223.00006/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes do uso de fogo em área agropastoril, atingindo uma pequena plantação de árvores exóticas (eucaliptos) de propriedade de Maria Dilene Zóia, situada no Rincão do Xará. Investigado: Otacir de Souza Machado.

4) Inquérito Civil N.º 01223.00007/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes do lançamento de esgoto a céu aberto em área de preservação permanente (APP), no parque Zamperetti. Investigado: Município de Santiago.

5) Inquérito Civil N.º 01223.00008/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, decorrente do corte de uma árvore da espécie 'Parapiptadenia Rígida' (Angico), sem



licença/autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Paulo César Garcia Rosado.

6) Inquérito Civil N.º 01223.00009/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar o funcionamento inadequado de marmoraria. Investigado: Eduardo Colpo.

SANTO ANGÉLO

1) Portaria N.º 01/2014, de Conversão do PP. 00872.00194/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de verificar dano ambiental ocorrido pelo lançamento de resíduos e/ou detritos líquidos poluentes irregulares sem o devido tratamento, em desconformidade com a Licença de Operação expedida pelo órgão Ambiental competente. Investigado: Comércio de Alimentos Alibem Ltda.

2) Portaria N.º 02/2014, de Conversão do PP. 00872.00001/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de averiguar a regularidade da remoção das árvores do canteiro central da Avenida Venâncio Aires, trecho entre as ruas Andradas e Vinte e Cinco de Julho, nesta cidade.

3) Portaria N.º 03/2014, de Conversão do PP. 00872.00164/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de aferir a regularidade das atividades desenvolvidas junto ao Núcleo Comunitário de São João das Missões. Investigado: Núcleo Comunitário de São João das Missões.

4) Portaria N.º 05/2014, de Conversão do PP. 00872.00003/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de averiguar a existência de depósito de sucatas, resíduos diversos e depósito de couro sem licenciamento ambiental. Investigado: Adriano Klimck Brum.

5) Portaria N.º 06/2014, de Conversão do PP. 00872.00004/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de verificar o armazenamento e comércio de mercadoria imprópria para o consumo. Investigado: Matadouro-Frigorífico Callegaro & Irmãos Ltda.

6) Portaria N.º 07/2014, de Conversão do PP. 00872.00005/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de verificar o armazenamento e comércio de mercadoria imprópria para o consumo. Investigado: Minimercado Mais em Conta Ltda.

7) Portaria N.º 08/2014, de Conversão do PP. 00872.00006/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de verificar denúncia de desmatamento junto à linha férrea.

8) Portaria N.º 09/2014, de Conversão do PP.

00872.00007/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de averiguar a regularidade de comércio de GLP. Investigado: Luis Alberto Fernandes.

9) Portaria N.º 10/2014, de Conversão do PP. 00872.00008/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades como instalação e funcionamento de usina de concreto sem licenciamento ambiental, disposição e vazamento de resíduos diversos (sólidos, líquidos e oleosos) no solo, com sério de contaminação do solo e de recursos hídricos no funcionamento da empresa CCL Concreto Ltda. Investigado: Paulo Cesar Colovini.

10) Portaria N.º 11/2014, de Conversão do PP. 00872.00009/2014 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, com a finalidade de verificar a regularidade das autorizações para podas e remoções de árvores autorizadas pelo DEMAM, nos endereços indicados no documento entregue a esta Promotoria de Justiça, bem como a regularidade da prestação do serviço de esgotamento de fossa séptica/sumidouro.

11) Portaria N.º 13/2014, de Conversão do PP. 00872.00202/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a situação de descumprimento da legislação de prevenção e proteção contra incêndio. Investigado: Presídio Regional de Santo Ângelo.

12) Portaria N.º 14/2014, de Conversão do PP. 00872.00223/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de para apurar a realização de maus tratos em animais, especificamente pela ocorrência de 'rinhas de galo'. Investigado: Antônio Borges da Silva.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil N.º 00875.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, investigar irregularidades em diversos licenciamentos ambientais e na concessão de licenças por parte do Departamento Municipal do Meio Ambiente de Santo Antônio da Patrulha. Investigado: Dirceu Luiz Lopes Machado.

SÃO BORJA

1) Inquérito Civil 00878.00074/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pelo Promotor de Justiça Mateus Stoquetti de Abreu, com a finalidade de investigar poluição sonora ocasionada pelo barulho excessivo do Engenho de arroz. Investigado: Darci Wollmeister.

2) Inquérito Civil 00878.00075/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pelo Promotor de Justiça Mateus Stoquetti de Abreu, com a finalidade de investigar o corte de vegetação nativa (taleira, forquilha, aroeira, gurupi, um pé de canela de porte médio), na Rua Tricentenário. Investigado: Carlos Alberto Dieminger.

3) Inquérito Civil 00878.00076/2013, da 1ª Promotoria de Justi-



ça de São Borja, pelo Promotor de Justiça Mateus Stoquetti de Abreu, com a finalidade de investigar atividade de fabricação de moveis de madeiras, sem licença ambiental. Investigado: Humberto Marques Pires.

4) Inquérito Civil 00878.00077/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar atividade com licença de operação vencida, bem como pelos: instalações sanitários em fossa séptica e tanque de combustível diesel em mau estado de conservação e ausência de bacia de contenção. Investigado: Arno Poerschke.

5) Inquérito Civil 00878.00078/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar secador de grãos do engenho não possui filtro de captação de pó conforme portaria do SSMA 03/88. Investigado: Darci Wollmeister.

6) Inquérito Civil 00878.00079/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar descapoeiramento sem licença ambiental na área localizada na BR 287. Investigado: Benevenuti e Benevenuti Ltda ME.

7) Inquérito Civil 00878.00080/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar atividades de fabricação de argamassas sem possuir licença ambiental. Investigado: Ferragem Missões.

8) Inquérito Civil 00878.00082/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar poluição atmosférica na Empresa Cerealista Streck Ltda. Investigado: Cerealista Streck Ltda.

09) Inquérito Civil 00878.00084/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar poluição sonora e não possui plano de prevenção e proteção contra incêndio. Investigado: Associação de Moradores da Vila Arnaldo Matter.

10) Inquérito Civil 00878.00085/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar poluição ambiental ocasionada pelo derramamento de rejeitos oleosos, oriundos da Empresa Suprema Motor Peças em direção ao Arroio Paraboí. Investigado: Empresa Suprema Motor Peças.

11) Inquérito Civil 00878.00086/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar ausência de licença ambiental para construir em área de preservação permanente. Investigado: Gabriel Vieira Piegas.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

1) Inquérito Civil 00882.00128/2013, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de averiguar queima de campo em APP. Investigado: José Luiz da Silva.

2) Inquérito Civil 00882.00006/2014, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de averiguar regularidade do gasoduto localizado no distrito de Lajeado Grande, em São Francisco de Paula/RS. Investigado: Companhia de Gás do

Estado do Rio Grande do Sul.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil 00890.00018/2013, da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, com a finalidade de investigar atividade de lavagem com poço tubular sem a licença ambiental necessária. Investigado: Zelia Maria Queiroz dos Santos.

2) Inquérito Civil 00890.00019/2013, da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, com a finalidade de investigar uso de poço artesiano sem outorga. Investigado: Cleiton Felipe Ostroski.

3) Inquérito Civil 00890.00020/2013, da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de investigar possível ocupação de APP localizada na Av. Mauá, sem número, Bairro Santos Dummont, nesta Cidade. Investigado: A apurar.

4) Inquérito Civil 00890.00021/2013, da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de apurar a prática de deposição irregular de resíduos, em terreno pertencente ao Município de São Leopoldo. Investigado: Município de São Leopoldo.

5) Inquérito Civil 00890.00022/2013, da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de investigar apurar irregularidades em relação à conservação do Parque Municipal Henrique Roessler, situado no Loteamento Padre Réus, nesta Cidade. Investigado: Município de São Leopoldo.

SÃO LOURENÇO

1) Inquérito Civil 00893.00023/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de São Lourenço, pela Promotora de Justiça Gabriela Monteiro, com a finalidade de investigar funcionamento de Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes, sem licença ambiental e possíveis danos ambientais decorrentes de dita atividade – resíduos líquidos descartados diretamente no solo sem separação nem impermeabilização e captação de água de poço e açude para utilização na lavagem de veículos sem outorga do DRH – Departamento de Recursos Hídricos, nem licença de órgão ambiental competente. Investigado: Posto de Combustíveis Corrientes.

SÃO MARCOS

1) Inquérito Civil N.º 00948.00017/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa – sem Alvará Florestal para implantação de atividade de silvicultura. Investigado: Roberto Bazotti Ferreira.

2) Inquérito Civil N.º 00948.00001/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar poluição sonora. Investigado: Valquíria Soani Francischelli dos Reis.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil N.º 00901.00001/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar



ocorrência de dano ambiental decorrente do exercício da atividade de beneficiamento de derivados de origem animal e frigorífico sem abate. Investigado: GL Rolof Comércio de Carnes Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00901.00002/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar denúncia de depósito irregular de resíduos sólidos em imóveis. Investigados: Adão Pinto, José de Souza e Osmar Brito.

3) Inquérito Civil N.º 00901.00003/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar denúncia referente a depósito irregular de resíduos sólidos em imóvel. Investigado: Osmar Brito.

4) Inquérito Civil N.º 00901.00006/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar funcionamento irregular de um aterro sanitário e de uma Central de Triagem de Resíduos Sólidos. Investigado: Município de Nova Hartz.

SAPUCAIA DO SUL

1) Inquérito Civil N.º 00903.00069/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapiranga, pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a notícia de que grande parte dos alagamentos ocorridos em 23 de outubro de 2013 em Sapucaia do Sul foram causados pela existência de caliça e detritos oriundos da demolição de residências para ampliação da ERS-118. Investigado: Município de Sapucaia do Sul.

2) Inquérito Civil N.º 00903.00001/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapiranga, pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição sonora e exercício de atividade de comércio de bebidas com utilização de música (Lancheria Esperança) sem licença ambiental. Investigado: Valmir de Lima Maurer.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil N.º 00907.00084/2013, da Promotoria de Justiça de Soledade, pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas no Município de Soledade. Investigado: Juliana Sommer - ME.

1) Inquérito Civil N.º 00907.00085/2013, da Promotoria de Justiça de Soledade, pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas no Município de Soledade/RS. Investigado: Antonio Cesar Silva Garcia.

2) Inquérito Civil N.º 00907.00087/2013, da Promotoria de Justiça de Soledade, pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas no município de Soledade. Investigado: Sebastião Paulo

Rodrigues.

3) Inquérito Civil N.º 00907.00088/2013, da Promotoria de Justiça de Soledade, pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas no município de Soledade. Investigado: Luiz Antonio da Silva.

4) Inquérito Civil N.º 00907.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente em destruição de vegetação natural para construção de canal de drenagem e extração irregular de recursos minerais sem licença da autoridade competente. Investigado: Adão Pedro Gomes Ferreira.

TAQUARI

1) Inquérito Civil N.º 00912.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Taquari, pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, com a finalidade de averiguar poluição sonora e perturbação do sossego alheio decorrente da atividade desenvolvida pelo Bar Babilônia. Investigados: Bar Babilônia.

TORRES

1) Inquérito Civil N.º 00914.00062/2013, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de implantação de loteamento clandestino sem licenciamento ambiental. Investigado: Ana Maria Borges Martins Moro.

2) Inquérito Civil N.º 00914.00131/2013, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de abertura de estrada com corte de vegetação nativa e ampliação de valo de drenagem em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental. Investigado: Nova Cachoeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 00914.00132/2013, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar construção de estrada, sem as licenças ou autorizações ambientais pertinentes. Investigado: Lédio Fregulia.

4) Inquérito Civil N.º 00914.00135/2013, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de limpeza de valos de drenagem em área de preservação permanente (banhado), sem que houvesse licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Janaína Cândida da Silva.

5) Inquérito Civil N.º 00914.00136/2013, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar constatação de funcionamento da fábrica de concreto, denominada "PREMIER", sem Licença de Operação expedida por órgão ambiental competente, com utilização de água de ponteira sem outorga do DRH e com lançamento de resíduos líquidos irregularmente no solo, bem como a ocorrência de aterro em terreno vizinho, sem a autorização ou licença competente. Investigado: Ederson Leffa Scheffer.

6) Inquérito Civil N.º 00914.00137/2013, da Promotoria de



Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ausência de políticas públicas sobre controle de zoonoses e fatores de biológicos de risco no Município de Torres/RS. Investigado: Município de Torres.

7) Inquérito Civil N.º 00914.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de extração mineral na Lagoa do Jacaré, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: George Rech.

8) Inquérito Civil N.º 00914.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de vazamento de rede coletora de esgoto, de responsabilidade da CORSAN, com o lançamento de efluentes líquidos na via pública, atingindo casas vizinhas e no riacho que deságua no Rio Mampituba, com a proliferação de vetores e possíveis danos à saúde humana. Investigado: CORSAN, unidade Torres.

09) Inquérito Civil N.º 00914.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de constatação de funcionamento de oficina de chapeação de veículos automotores sem licença ambiental e sem o Alvará de Prevenção Contra Incêndio. Investigado: Fabiano Michel Garcia da Rosa.

10) Inquérito Civil N.º 00914.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de apurar emissão de licença para supressão de fragmento florestal do Bioma Mata Atlântica do Rio Grande do Sul na zona de amortecimento do Parque Estadual de Itapeva, sem prévia anuência do órgão ambiental estadual competente. Investigados: Município de Torres e Terra Nova Comércio de Imóveis e Combustíveis Ltda.

TRÊS PASSOS

1) Inquérito Civil N.º 00917.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas de médio e grande porte, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Valdemar Schuch.

2) Inquérito Civil N.º 00917.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do uso de fogo em vegetação nativa de pequeno porte em área de aproximadamente 4.800 m², sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Valmor André Lange.

3) Inquérito Civil N.º 00917.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de um barramento com pedras e terra, para passagem do maquinário agrícola para a lavoura, que no local, as margens da sanga também fez uso de defensivos agrícolas. A área atingida é de 400 m² ao longo da sanga em APP, sem devido licenciamento ambiental. Investigado: Marino Kramer.

4) Inquérito Civil N.º 00917.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de depósito de 2 (duas) toras de árvore nativa da espécie "Cedro", que medem aproximadamente 0,68 m³ e seriam beneficiadas na serraria de sua propriedade, sem licença de órgão competente. Investigado: Cledio Machado de Oliveira.

VACARIA

1) Inquérito Civil N.º 00924.00099/2013, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental consistente (a) na poluição do solo devido ao descarte de resíduos oleosos, peças de trator e implementos agrícolas e embalagens de agrotóxico em valo a céu aberto e (b) no armazenamento irregular de embalagens de agrotóxico, fatos constatado no dia 28/10/2013. Investigado: Valdemar Romano.

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil N.º 00929.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de apurar atividade de lavagem de veículos sem licença ambiental, bem como utilização de água subterrânea sem outorga. Investigado: Gilberto Grando.

2) Inquérito Civil N.º 00929.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de apurar intervenção em área de preservação permanente pela construção de um açude sem licença ambiental. Investigado: Rubens Caglioni.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de janeiro de 2014.

CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Convênio

Processo PR.01075.00528/2014-7

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai- Faculdade Ideau, CNPJ nº 17.592.423/0001-40; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 22/01/2014; Ivory Coelho Neto, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Luciano de Miranda Munhoz, Diretor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2014.